Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

ATA n.º 012/2021

SESSÃO ORDINÁRIA PRESENCIAL DO DIA CINCO DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E UM.

Ata da nona sessão ordinária, do primeiro período legislativo, da décima quinta legislatura, da Câmara Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, realizada de forma presencial no horário regimental, observado o atendimento às regras de prevenção à pandemia previstas nos decretos estadual e municipal vigentes. Presentes na sessão todos os vereadores. Antes de dar prosseguimento registro o recebimento do Ofício n.º 003/2021 do Portal Comunique, enviado por seu proprietário jornalista Kleber Erivelton Fernandes, através do qual comunicou à Presidência e demais vereadores que a partir desta data estaria transmitindo as sessões desse Poder Legislativo Municipal, somando-se ao trabalho jornalístico que já vinha realizando. O Ofício ainda destaca o seu caráter informativo, acrescentando que é direito dos veículos de comunicação executar tal trabalho levando em consideração a Liberdade de Imprensa. Ao iniciar o **EXPEDIENTE**, considerando o envio antecipado da Ata de n.º 010/2021, da Sessão Ordinária virtual do dia 22 de março, nos termos do Artigo 159 do Regimento Interno, o presidente colocou a ata em discussão, sendo aprovada sem ressalvas. Após, Comunicou que a ata da sessão do dia 29 de março seria apresentada para discussão na próxima sessão ordinária. Encerrando o Expediente foram lidas as Indicações de Serviço apresentadas, na seguinte ordem: **n.º 029 -** "Recuperação de uma estrada e de um bueiro na comunidade de Góes Artigas desde a propriedade do senhor Juraci até a estrada da Alemainha, ao lado do barracão da Associação de Góes Artigas", do vereador João Devarci Prestes; **n.º 030 -** "Construção de um Parque Infantil na escola Municipal Amália Schimidt Pereira na comunidade de Papagaios"; **n.º 031 -** "Instalação de academia ao ar livre, em conjunto com o Posto de Saúde na comunidade de Papagaios"; **n.º 032 -** "Patrolamento e cascalhamento nas estradas da comunidade de Papagaios ligando ao Assentamento José Dias, parte de cima das propriedades da Nordt e dos Veigas"; **n.º 033 -** "Instalação de academia ao ar livre, junto ao Posto de Saúde na comunidade de Alemainha"; **n.º 034 -** "Construção de um banheiro público na Praça Municipal Engrácio Frutuoso Gomes", essas do Vereador Jorge Ferreira de Almeida, e **n.º 035 -**"Manutenção em proteção de um bueiro na esquina da Rua Generoso Marques com a Rua José de Mattos Leão", do Vereador Élcio Wszolek. Ao serem lidas, individualmente as proposições foram comentadas por seus proponentes e o presidente determinou o encaminhamento de todas para o Executivo Municipal. Iniciando o uso da **TRIBUNA** o Vereador **ÉLCIO** disse que usaria a palavra para dar ênfase a duas questões, primeiramente para explicitar sua concordância com o Vereador Marino quando na Explicação Pessoal da última sessão tinha destacado suas responsabilidades como vereadores para com a aplicação das Leis Municipais n.º 561 de 2011 que caracteriza a esterilização gratuita de caninos e felinos como função de saúde pública, institui sua prática como método oficial de controle populacional e de zoonoses, e proíbe o extermínio sistemático de animais urbanos, e ainda

concordava com o vereador quando não apenas destacava o cumprimento dessa lei, mas de estarem junto com a ONG São Francisco, principalmente no sentido de encontrar formas de acolhimento desses animais, e pensava que essa era uma ação em que todos os vereadores precisavam se engajar junto a ONG e todas as demais pessoas que lutavam por essa causa para que esse problema fosse solucionado no município. Destacou e agradeceu a presença do jornalista Kleber que neste dia estava fazendo voluntariamente a transmissão da sessão ao vivo para o seu portal, e novamente destacou a necessidade de estarem tornando as transmissões como uma prática de todas as sessões, sendo essa uma ação fundamental e certamente um processo muito importante para a transparência. Se dirigindo ao presidente se colocou mais uma vez a disposição para que pudessem dar os encaminhamentos necessários e rápidos quanto a essa questão da transmissão. O Vereador **GILBERTO BELLO** iniciou dando os parabéns aos Vereadores Élcio e Julio pelos projetos apresentados sobre antecipação da vacinação contra a Covid 19 aos profissionais da educação e instituição da Política Municipal de Incentivo ao Desenvolvimento da Pessoa com Altas Habilidades ou Superdotação, pela diversidade de ações e pelas discussões mesmo seu voto já tendo sido declarado contrário aos projetos, dizendo eu achava que as discussões tinham que se dar nesse sentido, cada um defendendo suas idéias, e na discussão desses projetos tinham sido muito ricas as discussões e as informações trazidas por esses vereadores, as quais puderam discutir, agradecendo pela diversidade de informações que ia acrescentando em suas vidas. Falou que nesse dia tinha sido noticiado nas grandes mídias a reviravolta que tinha dado na vida do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva falando sobre isso para contar que tinha assistido a entrevista do ex-presidente com o jornalista Ronaldo Azevedo pela Rede Band News da qual separou algumas coisas para falar, assim como tinha assistido também a uma entrevista na CNN Brasil que falaria em outro dia, com o hacher Walter Delgatti, o qual tinha hackeado os aplicativos do procurador Deltan Dallagnol de onde saiu a Vaza jato pela Intercept Brasil, também numa riqueza de informações que deixaria para falar em outro dia. Citou que o Ministro Edson Fachin tinha anulado as condenações do ex-presidente Lula, condenado pelo caso do triplex e do sítio de Guarujá e a Segunda Turma do STF, após o julgamento ter começado e paralisado em 2018 após pedido de vistas do Ministro Gilmar Mendes, retomou no mês de março desse ano reconheceu a parcialidade do juiz Sérgio Moro nessa questão, onde na decisão do Ministro Edson Fachin na Lava Jato em Curitiba o caso do Lula não tinha envolvimento com a PETROBRAS, e a Lava Jato era com casos da PETROBRAS. Falou que o ex-presidente estava elegível e apto a concorrer nas próximas eleições sendo um adversário grande, que tinha sido presidente por oito anos, e essa decisão tinha mexidos com os bastidores políticos do país. Ainda citou que da entrevista na Band News pelo jornalista Ronaldo Azevedo, achou uma surpresa em ver o jornalista entrevistar o ex-presidente, pois o mesmo tinha lançado um livro chamado “Os Petralhas”, cujo trabalho achava ter sido financiado por políticos, pois tinha andado em todas as

capitais do país divulgando esse livro, e que sendo da Revista VEJA era um dos maiores críticos, tinha detonado o ex-presidente, e nessa entrevista o Lula tinha lhe chamado até de "companheiro" e o jornalista tinha aceitado essa palavra. Destacou detalhes que o entrevistador teria perguntado ao ex-presidente das três grandes perdas que teve desde o primeiro dia de prisão quando Lula contou que retiraram os cadarços de seus calçados com medo que viesse a se enforcar, e teria falado que não iria se enforcar, iria se manter vivo para provar sua inocência, e que o juíz Sergio Moro tinha sido imparcial, pois o ex-juíz junto com o procurador Deltan Dallagnol tinha feito tudo em chegar à Suprema Corte e o procurador Dallangnol querendo ficar famoso, o que até conseguiram, mas não tinha dado certo. Sobre as perdas o ex-presidente citou que infelizmente existia uma classe no Brasil que eram imperdoáveis lembrando que quando a ex-primeira dama, dona Mariza estava na UTI médicos que tiravam fotos, faziam vídeos, e postavam nas redes sociais fazendo piadas; que outra perda tinha sido seu irmão quando não tinha sido permitido ao mesmo ir ao velório, apenas se deslocar até uma base em são Paulo e nessa base o corpo de seu irmão seria levado, quando o ex-presidente disse que nunca tinha visto um morto ir visitar um vivo e assim não quis ir, mas a pior de todas foi quando morreu seu neto e o vereador do Rio de Janeiro Carlos Bolsonaro, filho do presidente Jair Bolsonaro, publicou a seguinte frase em seu twitter, "até que enfim uma notícia boa", após ter sabido a notícia. Falou que isso era muito triste; pessoas que mandavam no Brasil, sendo apenas o pai Presidente da República, mas os filhos também mandavam, festejarem a morte de uma criança de quatro anos de idade por ser neto de um adversário político, o que era muito triste para a democracia; que era provado que os filhos do Bolsonaro eram milicianos, inclusive esse Carlos, mas bandidos tinham essa forma de agir. Ainda lembrou que o ex-presidente tinha ficado quinhentos e oitenta dias preso, mas esse hacker tinha mudado toda a história provando a parcialidade no caso. Sem citar nomes falou que já existia até uma mulher como provável vice presidente de Lula caso viesse a ser candidato, e achava que na oposição não existia um adversário a altura como o Lula, para disputar com Bolsonaro, mesmo com o Brasil estando nessa crise que estava, com mais de 350 mil mortes pela pandemia; com tudo que o atual presidente tinha feito incentivando o povo a se aglomerar e a não usar máscara, tendo usado somente após o ex-presidente Lula ter usado ao dar uma entrevista, por isso o Brasil estava nesse caos. Lembrou ter falado ainda nesse dia com o Vereador Ismael que em um dia que no Brasil tinham morrido cerca de três mil pessoas; que na semana anterior, no mundo inteiro tinham morrido cerca de treze mil, sendo em torno de trinta por cento de mortes no Brasil, então, feio mesmo estava aqui e outros países estavam mais controlados, sendo aqui apenas dois por cento da população mundial, falando isso para verem o desleixo do governo federal com relação à pandemia, mas não tinha o que fazer, pois o mesmo pensava assim. Encerrou dizendo que queria fazer esse relato por não poder deixar passar em branco, pois tinha sido de grande repercussão essa virada jurídica na vida do ex-presidente Lula que estava elegível e ainda não

Câmara Municipal de Inácio Martins
CNPJ 77.778.827/0001-55

estava inocentado, pois seria ainda julgado na última instância, e o tempo diria o que iria acontecer. O Vereador **JULIO** disse que não querer deixar passar sem destacar que esse dia era um marco para essa casa e a transmissão da sessão feita nesse dia pelo jornalista Kleber através do Portal Comunique, ao qual parabenizou pelo trabalho, já era um assunto que vinha discutindo e defendendo seguidamente. Agradeceu ao jornalista pela disponibilidade de dar visibilidade e transparência aos trabalhos da casa e aproveitou para registrara e solicitar ao presidente que a Câmara necessitava de uma transmissão própria, não que o jornalista não tivesse essa capacidade, mas muitas vezes não teria disponibilidade, e precisando manter a transmissão sem interrupção, num momento em que esse portal não tivesse disponibilidade para fazer a transmissão a Câmara disponibilizasse um canal nas redes sociais para que a população acompanhasse. Comentou que na Câmara de Vereadores passavam muitos projetos e assuntos com temas extremamente importantes relacionando que tiveram uma amostra nesse dia na reunião das Comissões de um debate muito proveitoso sobre o projeto de lei de sua autoria, da antecipação da vacinação contra a Covid aos educadores do município, e que esse e muitos outros projetos debatidos dentro da casa muitas vezes a população não tinha conhecimento, então a transmissão vinha de encontro com a credibilidade que a Câmara tinha e precisava demonstrar à população. Agradeceu mais uma vez ao jornalista Kleber e reforçou o pedido ao presidente para que fizessem a transmissão sem interrupção e nesse mandato a transmissão continuasse para a população ter oportunidade de acompanhar os trabalhos. Também convidou as pessoas que participassem das sessões, mesmo nesse momento de pandemia, mas que era possível uma porcentagem da capacidade ser ocupada, e quem não pudesse vir presencialmente estivesse convidado a assistir pelas redes sociais. O Vereador **LAURICI** fez algumas ponderações após ter acompanhando as Indicações de Serviço do Vereador Jorge, que como sempre era oportuno ao fazer suas colocações, que vinham de interesse á comunidade de um modo geral, acrescentando que quando o vereador falava a respeito dos pedidos de academias ao ar livre nas comunidades achava que podia contribuir no sentido de que poderiam estar sugerindo ao executivo que disponibilizasse um profissional de educação para estar acompanhando de vez em quando nas comunidades, para que as pessoas pudessem fazer também seus exercícios de forma correta porque considerava que a grande maioria não sabia a forma correta de se praticar um exercício, pois pode observar isso em um pouco tempo que tinha freqüentado uma academia, sendo uma sugestão a mais. Com relação a melhoria nas estradas do Assentamento José Dias aproveitou para sugerir também, já tendo um pedido do Vereador Marino, com relação as estradas da comunidade de Terra Cortada lembrando que o município tinha feito no final do ano anterior um trabalho de melhorias muito bem feito no Assentamento José Dias, mas a comunidade de Terra Cortada não tinha sido beneficiada na época, e sabiam que as estradas que davam acesso ali estavam bastante precárias também, sendo apenas mais uma sugestão, e na terceira indicação, para um banheiro na praça central, lembrou que no primeiro ano de trabalhos da legislatura

Câmara Municipal de Inácio Martins
CNPJ 77.778.827/0001-55

anterior teve uma indicação do mesmo e do Vereador Dimas, sobre a qual também tinha falado que além de um banheiro público fosse também colocado grades nas laterais, porque colaborava para evitar um acidente principalmente com crianças, pois esse muro era bastante alto com relação a rua, e já que seria executado esse banheiro uma grade também cairia bem. Outra ponderação que fez e na verdade não tratava-se de uma cobrança era com relação a iluminação pública na cidade. Lembrou que existia nesse sentido pedidos seu e demais vereadores referente à troca de lâmpadas e reparos na iluminação, e ainda tinha mais alguns pedidos que ainda não tinha feito porque estava no aguardo, conforme informação que o Vereador Ismael tinha lhes repassado em sessões anteriores, da licitação para aquisição desses equipamentos para que o município pudesse estar elaborando esses trabalhos. Falou ao Vereador Ismael que, querendo, lhe concederia aparte para esclarecer essa dúvida, e assim pudessem também dar uma resposta para as pessoas que lhes pediam essas melhorias, e quando esses materiais estivesse disponibilizado poderiam estar indicando os locais. O Vereador Ismael agradeceu a oportunidade e informou que com toda certeza as indicações encaminhadas acreditava que cerca de oitenta por cento já tinham sido atendidas. Disse que faria esse levantamento junto ao chefe de gabinete e posteriormente traria essas informações aos pares. Contou que empresa já tinha sido licitada e executados diversos serviços, então, se eventualmente tivesse faltando seriam poucas coisas a serem concluídas. O Vereador Dimas perguntou se a empresa contratada faria também os serviços na área rural contando que moradores do interior estavam reclamando de que não eram atendidos, pois demorava muito esses serviços, e o Vereador Ismael explicou que a empresa faria de forma geral, cidade e interior, e o Vereador Dimas voltou a falar dizendo que assim esperava que em breve as comunidades fossem atendidas com a reposição das lâmpadas, identificando as localidades de Leonópolis e Gavazone, e o Vereador Ismael respondeu que o ideal seria fazerem um levantamento de todas as localidades para que pudessem cobrar da empresa par afazer estes serviços. O Vereador Jorge comentou também que há poucos dias tinha presenciado a reposição de lâmpadas pela empresa contratada na comunidade de Góes Artigas por uma indicação do Vereador Élcio. Seguiram os comentários em relação aos problemas que vinham ocorrendo no interior com os pedidos de serviço, e Vereador Bello também comentou de um pedido do mandato anterior no bairro Curtume e o Vereador Ismael voltou a falar que era necessário identificarem todos os locais para tentarem resolver essas situações. O vereador Laurici agradeceu as explicações e as manifestações e para deixar claro lembrou de um pedido feito diretamente pelo sistema da prefeitura no Portal da Transparência o qual deveria estar constando ainda, alem de pedir via whatsapp ao chefe de gabinete, mas assim sendo estaria levando algumas indicações ao executivo, pedidos que não demandavam de tanto trabalho, mas eram de uma importância muito grande aos moradores. O Vereador **DIMAS** manifestou agradecimentos ao secretário Elcio de Campos por um serviço solicitado na

Câmara Municipal de Inácio Martins
CNPJ 77.778.827/0001-55

localidade de Mansani num trecho que estava intransitável onde de imediato o secretário fez uma obra de extrema importância para acesso da comunidade que estava dando muito transtorno, enfatizando também o trabalho que vinha sendo executado na estrada até do Gavazone quando nesse dia o patrolamento já estava entre Madeirit e Dalago e como o tempo estava dando condições provavelmente até o final de semana a estrada já estaria concluída até Gavazoni, deixando os agradecimentos também a toda administração. Na **ORDEM DO DIA** constou o primeiro turno de votação dos Projetos de Leis do Executivo de n.º 015/2020 - Regulamenta o art. 85, §§ 14 e 19, do Código de Processo Civil, Lei Federal n.º 13.105/2015, definindo que os honorários advocatícios fixados por arbitramento, acordos ou sucumbência, contados da entrada em vigor da Lei Federal n.º 13.105, de 16 de março de 2015, pertencem originariamente aos ocupantes do cargo de advogado do município, devidamente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, lotados e em exercício na Procuradoria Geral do Município, e n.º 008/2021 autorizando o Executivo Municipal a proceder a abertura de Crédito Adicional Especial ao Orçamento Geral do Município de Inácio Martins, Estado do Paraná, para o Exercício de 2021, no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais), destinados à Inserção de nova natureza de despesa, para a Secretaria de Assistência Social e Habitação. Colocados em discussão o Vereador Laurici falou a título de esclarecimentos devido à transmissão da sessão e para entendimento do público internauta, que os projetos já eram discutidos nas reuniões de comissões, e assim não necessariamente recebiam comentários durante a votação, e o Vereador Élcio apenas comentou que o primeiro projeto tinha iniciado sua tramitação ainda em 2020. Em votação ambos foram aprovados em primeiro com todos os votos favoráveis. Das matérias do Legislativo constou a votação em primeiro turno da Proposta de Emenda Aditiva ao Projeto de Lei n.º 03/2021, apresentada pelo Vereador Julio para alterar o artigo 1.º do projeto, também de sua autoria, colocando os profissionais de educação de forma concomitante com os portadores de comorbidades. Colocada a proposta em discussão o Vereador Gilberto Bello falou que a proposta tinha sido muito bem discutida e o vereador proponente tinha apresentado o projeto original colocando os professores na frente do grupo de comorbidades, e com a alteração na proposta os professore seriam vacinados juntos, falando também para esclarecimento de seu voto que segundo a procuradoria jurídica da casa esse projeto era inconstitucional. O proponente falou também para esclarecer o público que estava acompanhando que essa proposta de emenda substitutiva alterava inicialmente o projeto de lei que seria votado na sequência ao qual teria a oportunidade de explicar melhor onde inicialmente tinha feito o projeto de lei pedindo a antecipação da vacina conta a Covid para os educadores logo após a faixa etária de sessenta nos, antes dos portadores de comorbidades, e após alguns estudo e debates alterou o projeto e fez essa emenda para constar os professores juntamente com os portadores de comorbidades abaixo de sessenta anos. Colocada em votação a proposta de emenda foi aprovada em primeiro turno por maioria dos votos tendo recebido os votos contrários dos

Vereadores Ismael Padilha, Jorge Boeira e Gilberto Bello. Em seguida, também em primeiro turno, o Projeto de Lei n.º 03/2023, do Vereador Julio Armando Canido Mendez, propondo "Inclusão dos profissionais ativos da educação municipal (professores e profissionais necessários para retomada da estrutura escolar) na 1.ª fase do grupo prioritário do programa de vacinação para combate e erradicação do vírus covid-19", conforme a emenda aprovada anteriormente, de forma concomitante aos portadores de comorbidades. Já considerada a aprovação da emenda aditiva ao projeto, iniciou-se as discussões o Vereador Jorge parabenizou a iniciativa do vereador pela preocupação sabendo da necessidade da volta das aulas, mas expôs também a preocupação de como seria administrada essa volta das aulas e ficava preocupado, pois seria uma sala de aula com quarenta alunos, sendo quarenta famílias que estariam sujeitas ao vírus ir até suas casas e dentro da sala de aula teria apenas um professor imunizado, e isso causava uma preocupação imensa, pois sabiam que alguém podia ser contaminados no colégio e levar para suas casas; sabiam que a população, desses quarenta alunos junto aos professores estariam vulneráveis e ainda tirar a vez de uma pessoa com comorbidade podia essa pessoas vir a óbito caso viesse a ser infectada, e o que viam no momento era que os professores não estavam na sala de aula. Deixou um questionamento em relação aos caminhoneiros que estavam na linha de frente, deixando essa pergunta também ao governador do estado Ratinho Junior; e os atendentes de supermercados também na linha de frente, alem da população em geral, e assim tinham que se preocupar com todo. Quanto ao projeto falou que o mesmo era inconstitucional e tinham vários entendimentos, mas apenas ficava com um pé atrás de como seria a volta das aulas, pois assim os professores estariam imunizados, mas como ficariam as famílias dos alunos as pessoas com comorbidades que poderiam deixar de ser vacinadas para se vacinar um professor considerando que as aulas talvez voltassem apenas no próximo e não nesse ano. Disse que admirava a classe dos professores com a qual tinha um grande carinho; que tinha chegado onde estava hoje tinha sido através de um professor por isso tinha uma admiração muito grande, justificando assim o seu voto contrário. Encerrou parabenizando pela excelente e falando que era preocupante mesmo um aluno ficar a mais de um ano fora da sala de aula, mas era muito mais preocupante ter um governador que não tinha se preocupado em adquirir vacinas suficientes para imunizar a população, deixando essa critica não ao vereador pela apresentação de um bom projeto e pela dedicação em tentar imunizar os professores para que os alunos votassem a estudar, e deixava essa crítica ao governador e aos demais líderes, até o presidente da república, pois já deviam ter muito mais gente imunizada e no momento já estavam com quase quatro mil mortes dia, e isso era assustador. Disse que já tendo sido contaminado sabia o que tinha passado e esperava que Deus desse forças e protegesse a nação, pois até que todos fossem imunizados, o que não sabia quando, era muito preocupante. O Vereador Julio disse que antes de defender o conteúdo do projeto precisava esclarecer algumas coisas, falando que o projeto estava

em votação no plenário nesse dia porque teve o entendimento da maioria dos membros da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e após um debate grande a maioria dos membros da comissão entendeu que a proposta era Constitucional; que trouxe um debate grande por isso a comissão entendeu que o projeto era constitucional e legal; apresentou varias, matérias, artigos e jurisprudência e assim estavam embasados no rigor da lei. Outro ponto comentou foi que os profissionais da educação não iriam tomar o lugar dos portadores de comorbidade e quando iniciasse a vacinação desses, os professores que eram um grupo menor seriam incluídos nesse momento; que isso não traria custos ao município pois as vacinas seriam ministradas de acordo com as vacinas que viessem do Ministério da Saúde e assim, a hora que terminasse a vacinação dos idosos começaria dos portadores de comorbidades e se essa lei fosse aprovada, juntamente seriam vacinados os profissionais da educação. Destacou e pediu a colaboração e entendimento dos nobres colegas que essa antecipação não seria apenas para os professores e sim para todos os profissionais da educação e conforme o vereador Jorge tinha falado concordava que a vontade seria imunizar toda a população, mas o que ocorria que o país, de proporções continentais, não tinha capacidade de imunizar toda sua população e assim precisavam elencar prioridades. Como os alunos do município já estavam há mais de um ano sem freqüentar as aulas e no próprio projeto demonstrou os prejuízos que eram estar há mais de um ano sem aulas presenciais, acreditava que imunizando os professores seria uma proteção dupla, pois no momento que as aulas retornassem os alunos iriam para a sala de aula sabendo que os profissionais estariam imunizados e assim as chances de que um aluno ou e que um pai de aluno contaminasse um profissional da educação seria muito menor, e num mesmo sentido, se um profissional não estivesse imunizado, teria a chance de contrair o vírus de um pai de aluno, ou até mesmo de transmitir o vírus, por isso acreditava que era uma proteção dupla. Pediu aos pares que refletissem reafirmando que a vontade era que todas as classes fossem imunizadas, mas também tinham que pensar no funcionamento da educação e nos prejuízos que seriam em mais um período sem aula presencial. Encerrou agradecendo a colaboração de todos os vereadores e deixou a palavra aberta aos demais. O Vereador Élcio parabenizou o Vereador Julio pela iniciativa e deixou duas considerações ao projeto: que tinha sido enfatizado que o projeto seria inconstitucional e já vinham debatendo há vários dias essa questão voltando a afirmar que em sua perspectiva a questão da inconstitucionalidade era algo analisável e que deveria ser entendido como uma perspectiva; que apenas falando que um projeto era inconstitucional deixava-se a principio entender que as comissões por pura imprudência tinha considerado algo inconstitucional como constitucional. Que o Vereador Julio tinha deixado muito claro que havia uma série de interpretações que levava a considerar a constitucionalidade desse projeto; que respeitava as teses que considerava como um projeto inconstitucional, mas devia se considerar que nesse caso a constitucionalidade era uma questão de análise. Também destacou a partir do questionamento do

Vereador Jorge de como voltariam às aulas, que era favorável a antecipação da vacinação dos profissionais da educação exatamente por essa perspectiva, não saberem exatamente quando seria esse retorno, o qual esperava que fosse o mais seguro possível e esse retorno não seria do dia para a noite, seria a partir de muitas análises e de muitas ações de prudência, e a escola deveria estar devidamente preparada em todos os seus aspectos para esse retorno, e a vacinação dos educadores certamente era um elemento primordial para que tivesse esse retorno às aulas garantido o mais rápido possível, o que não sabia quando seria, certamente quando todos tivessem segurança, mas para isso um dos elementos dessa segurança era a vacinação dos profissionais da educação. O Vereador Gilberto Bello comentou que tinham um parecer jurídico pela advogada da casa, doutora Vanessa pela inconstitucionalidade. Concordava com o que o professor Elcio tinha falado, mas destacava que seu voto seria não, lembrando que já tinha falado aqui que todos os projetos que tivessem um parecer do setor jurídico como inconstitucional votaria contra. Que esse projeto deveria ter vindo do executivo para cá, assim como o governador do estado pretendia fazer vacinando os professores, mas nesse caso a iniciativa era do executivo e a Assembléia Legislativa não estava fazendo esse projeto, assim achava que num futuro próximo seriam vacinados os professores com o projeto vindo do governo do estado e assim sendo constitucional. Falou que era contra a vacinação, mas achava que o grupo de comorbidades tinha preferência citando o caso de uma pessoa na cidade, de 52 anos que tinha diabete não tinha conseguido leito e morreu aqui por falta de um leito, então a preocupação era essa; que não era contra e achava também que as aulas tinham que retornar, mas os professores tinham sido amparados, não tiveram aulas, estavam em casa dando aulas on-line e assim foram preservados e estavam sendo preservados. O Vereador Élcio interrompeu para destacar que os professores não tinham deixado de dar aulas em momento algum, o ano letivo tinha continuado em 2020 assim como estava continuando em 2021. O Vereador Ismael comentou em cima da fala do Vereador Gilberto Bello para complementar que o mesmo não quis se referir que os professores não deixaram de dar aulas e sim que não estiveram em sala junto com os alunos. Após, para melhor esclarecer o projeto em relação ao prazo que os profissionais seriam vacinados pediu ao primeiro secretário que refizesse leitura do escopo do projeto visto que o Vereador Julio durante sua defesa tinha colocado que a equipe da educação como um todo seria vacinada após o grupo de comorbidades e o texto do projeto falava que seria durante, e após a releitura faria seu comentário. O Vereador Elcio fez a leitura da emenda aprovada que falava exatamente sobre isso e apontava que os profissionais ativos da educação deveriam ser vacinados logo após os idosos e concomitante aos portadores de comorbidades. O Vereador Ismael falou que dessa forma, concomitante, seria junto com os portadores de comorbidades, acreditando que em uma eventual aprovação da lei um professor chegaria até um local de vacinação, e tendo a vacina, seria vacinado. Que eventualmente, uma pessoa que morasse no interior do município e tendo comorbidade, vindo

até o município não seria vacinada pois não teria mais vacina. Dessa maneira disse ter sido sua votação à emenda e também como base ao que o Vereador Bello tinha colocado, um parecer jurídico pela insconstitucionalidade, pensava que esse projeto era de atribuição do Executivo e não do Legislativo e assim estariam invadindo uma área, o que já havia comentado na reunião das comissões e por esse motivo queria justificar a quem estava assistindo também que era contrário apenas ao projeto e não contrário a vacinação do pessoal da educação, e muito pelo contrário, caso houvesse vacinas em abundância nem precisariam definir grupos prioritários e todo poderiam ser vacinados, mas dessa maneira, no seu entendimento, pensava que de certa forma poderiam estar privilegiando alguns grupos, como nesse caso o grupo da educação, e deixando de certa forma algumas pessoas que eventualmente não poderiam chegar a tempo dessa quantidade de vacinas, pessoas que tivessem comorbidades. Destacou ainda que dentro desse público de comorbidades já se incluía diversos profissionais da educação que já seriam atendidos também. Encerrando, disse que respeitava a opinião dos vereadores que votariam sim, particularmente votaria não, sendo essa a sua defesa e por esses motivos que havia exposto votaria não. O Vereador Laurici parabenizou o Vereador Julio pela apresentação do projeto e também por sua humildade em ouvir sugestões contando que durante a tramitação do projeto em trocas de mensagens tinha lhe sugerido, como outros vereadores também, a alteração para deixar o grupo de profissionais concomintante com os portadores de comorbidades, e o proponente teve a humildade de alterar a redação do projeto apresentando a emenda já aprovada. Falou de outra cosia que deveria ser ressaltada, que era a importância do debate na casa, pois já vinham debatendo esse projeto há algumas sessões assim, como o projeto do Vereador Élcio que também seria debatido nesse dia, ressaltando a divergência de idéias e o conhecimento que cada um conseguia trazer sempre que necessário para o bom debate e todos respeitando sempre a opinião e as colocações dos demais vereadores. Ressaltou que estaria votando sim ao projeto do Vereador Julio por ver que não traria tanta disparidade por não estar deixando de vacinar os portadores de comorbidades para vacinar primeiro os educadores sendo uma coisa que iria caminhar junto, e também tendo em vista que a intenção do governo do estado já era em estar vacinando também os profissionais da educação e na verdade esse projeto estava cravado junto ao projeto do governo do estado, porém já sendo discutido bem anteriormente ao projeto do governo com a mesma intenção que tinha saído há pouco tempo visando também à volta das aulas o mais rápido possível. Em votação o projeto também foi aprovado em primeiro turno com maioria dos votos tendo recebido os votos contrários dos Vereadores Ismael Padilha, Jorge Boeira e Gilberto Bello. Encerrando as votações, o Projeto d Lei n.º 04/2021, de proposição do Vereador Élcio Wszolek propondo "Instituir a Política Municipal de Incentivo ao Desenvolvimento da Pessoa com Altas Habilidades ou Superdotação e estabelecer as diretrizes para a sua execução". Iniciada a discussão o proponente se dirigindo aos demais vereadores falou que, tendo em vista os

vários momentos de debates e argumentações que tiveram acerca desse projeto também, que conforme já destacado pelos nobres vereadores tinha sido um debate muito amplo, e argumentações que promoveu voltadas tanto a perspectiva da constitucionalidade que tinha destacado noção do projeto do Vereador Julio, que apesar de respeitar todos os pareceres que considerava os projetos inconstitucionais, novamente destacava que abria-se se possibilidades de análises que levavam a questão da constitucionalidade, e por isso não via nesse seu projeto vício de iniciativa e consequentemente inconstitucionalidade. Lembrou que debateram muito também a questão do mérito do projeto e portanto, qualquer aprofundamento se tornava um tanto quanto redundante, mas diante de tudo o que tinham falado e destacada: da importantíssima participação em reunião das comissões das secretárias da Educação e de Promoção Social senhoras Marinalda e Cleusy, com contribuições muito importante inclusive, mas diante de toda essa análise com essas participações ainda considerava que estavam tratando ainda de forma um pouco divergente essa perspectiva do projeto; que observava com tudo isso que o município fazia um trabalho muito importante e que merecia destaque e ênfase na educação especial e inevitavelmente as altas habilidades ou super dotação entravam nesse debate, mas no momento via que no município ainda entrava nessa perspectiva de que era lei e aparecendo alunos com altas habilidades ou super dotação iriam atender; que de fato via esse interesse da Secretaria de Educação e de Assistência Social no que lhe fosse possível também, mas o que propunha nesse projeto era uma política de incentivo; era considerar que estudos da OMS destacavam que de três a cinco por cento das crianças, adolescentes e jovens eram portadores de altas habilidades ou super dotação e portanto, pensava que cabia ao município buscar esse processo de identificação, pois existiam ainda muitas crianças com altas habilidades ou super dotação que estavam escondidos lá no interior da escola e isso poderia inclusive gerar um déficit a essas crianças, um prejuízo psicológico, enfim, a proposta desse projeto de lei trazia perspectiva de buscar essas crianças, adolescentes ou adolescentes com altas habilidades ou super dotação; investir na formação dos educadores; investir na avaliação desses jovens; futuramente pensar em criação de salas de contra turno e desenvolvimento de atividades em favor dessa crianças e adolescentes ou jovens. Como já tinha destacado pensava que esse assunto já estava superado e somente reforçava que esse projeto de políticas voltadas para o incentivo as altas habilidades e super dotação tinha muito foco na formação especifica dos educadores; na avaliação e identificação dessas crianças e na possível construção de práticas pedagógicas voltadas para as altas habilidades e super dotação. O Vereador Julio lembrou que passada a fase das comissões onde o Vereador Élcio tinha feito uma defesa brilhante da constitucionalidade, dos entendimentos e jurisprudências que entendiam como constitucional, queria destacar o conteúdo e o mérito do projeto que era a criação de uma política que iria contemplar muitos munícipes e um projeto importantíssimo da área da educação, ao qual seu voto era favorável, falando para parabenizar o proponente pela iniciativa. O

Câmara Municipal de Inácio Martins
CNPJ 77.778.827/0001-55

Vereador Ismael participou da discussão reafirmando que já tinham discutido bastante a respeito desse projeto, como o professor Élcio já tinha colocado também, conforme já era do conhecimento dos demais, e falou que inclusive, durante essa tarde em conversa com o Vereador Marino comentavam que alguns projetos quando se tornavam inviáveis para a administração acabavam se tornando não executáveis e ficando esquecidos, e pela análise que tinham feito nas últimas sessões inclusive com a participação das professoras Marinalda e Cleusy acreditava que a partir do momento que um projeto como esse se tornava lei se tornava uma obrigatoriedade, e no momento, como o professor Élcio já tinha colocado, o município já desenvolvia esse trabalho, dentro da sua possibilidade, relacionado a isso. Discordou do proponente quando o mesmo disse que alguns alunos eventualmente poderiam estar num cantinho da sala, esses com superdotação ou alguma coisa nesse sentido, e que os professores jamais deixariam esses alunos sem ver essas possibilidades e trazer esses alunos fazer essa análise, discordando nesse ponto de que eventualmente esses alunos estariam de certa forma deixados de lado e que com a aprovação dessa lei eles estariam sendo vistos de outra forma, pedindo ao professor Élcio que lhe corrigisse, caso estivesse entendendo de forma errada. Colocou novamente a questão da inconstitucionalidade que foi colocada pelo parecer jurídico da casa dizendo que particularmente não tinha como questionar porque não tinha conhecimento técnico para isso e por isso votava junto com o parecer jurídico, pelo não. O proponente respondeu ao Vereador Ismael que quando tinha destacado aluno deixado de lado o que acontecia na educação era que os professores tendiam buscar a atender esses alunos na individualidade o que era seus propósitos enquanto educadores principalmente a partir do momento que reconheciam a diversidade, o que infelizmente vinha sendo muito por isso vinham procurando identificar alunos em sua diversidade, no entanto existiam alguns casos, principalmente dentro da educação especial, aluno com sala de recursos, aluno com problema auditivo ou com altas habilidade que exigiam além daquele atendimento em sala de aula, por mais individual que fosse acabava sendo positivo, no caso de muitos desses alunos havia a necessidade de um atendimento específico par além daquele atendimento em sala de aula, por isso é que existiam as salas de recursos onde o aluno participava no dia a dia da aula, mas aquela dificuldade de um atendimento exclusivo que o aluno encontrasse era nessa sala que encontrava, e o aluno com altas habilidades ou super dotação também teria com essa possibilidade, além daquele momento em sala de aula, desenvolver essas características da altas habilidades ou super dotação, e era nesse sentido que queria destacar que infelizmente muitas vezes, o próprio aluno com altas habilidades ou super dotação, segundo informações de pessoas que estudavam o assunto, esses alunos por sentir uma facilidade muito grande para determinada atividade muitas vezes preferiam deixar de fazer ou fazer de qualquer jeito para se equiparar sendo o que sentiam enquanto educadores, uma dificuldade de potencializar esse processo, uma dificuldade que perguntada a qualquer outro educador

Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

encontravam em sala de aula, sendo atender a especificidade dos alunos com altas habilidade ou super dotação a que precisavam de um atendimento muito especializado, sendo nesse sentido que quis destacar. O Vereador Ismael voltou a falar dizendo ter sido importante o Vereador Élcio ter colocado essas informações e que era nesse sentido também que colocava a questão da inconstitucionalidade, pois a partir do momento em que se geraria uma despesa para adquirir materiais, treinamentos, salas específicas conforme as secretárias colocaram na reunião das comissões da semana passada isso acabava se tornando inviável para o município, então, tinha sido por esse motivo que tinha colocado e destacado que sua contrariedade ao projeto, também com relação a constitucionalidade. Em votação o projeto foi igualmente aprovado em primeiro turno com maioria dos votos, também tendo recebido os votos contrários dos Vereadores Ismael Padilha, Jorge Boeira e Gilberto Bello. Concluída a Ordem do Dia passou-se para a **EXPLICAÇÃO PESSOAL** onde apenas o Vereador Bello usou a palavra e disse que havia de destacar enquanto usava a Tribuna que em semanas anteriores o governo federal tinha trocado seis de seus ministros, inclusive o da defesa, onde foram substituídos os comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, e acompanhando os noticiários existia comentários de um golpe para a volta de uma ditadura militar. Falou que o país tinha uma democracia forte, mas que com esse governo estava frágil e até o Supremo Tribunal Federal se sentia coagido, pois durante o perídio eleitoral para a eleição do presidente um filho do Bolsonaro teria dito que mandaria um cabo, um soldado e um jeep, e fecharia o Supremo, e acrescentou que havendo um golpe militar ou uma ditadura provavelmente essa casa aqui fecharia por isso deviam ficar atentos à democracia e aos acontecimentos, pois corria-se esse risco onde uma ditadura fecharia todo o parlamento. Em relação à pandemia disse que vinha acompanhando que tinha dado uma boa diminuída e ainda bem que os governadores e prefeitos não seguram as orientações de cima e fizeram o lock down; nesse município tinha diminuído bastante os casos, a região e o estado também onde já estavam mudando as bandeiras de restrição; os leitos e UTI's ainda estavam em estado crítico, mas estavam melhorando, e com isso deu os parabéns aos prefeitos, inclusive o desse município, que seguiram as orientações junto ao governo do estado por isso estava diminuindo, registrando que no dia anterior tinha sido divulgado em torno de mil e duzentas mortes o que tinha diminuído em quase dois terços pois já tinha chegado a quatro mil mortes. Nada mais havendo a ser tratado foi encerrada a presente sessão, convocada a próxima sessão ordinária para o dia doze de abril, às dezoito horas, de forma presencial, e lavrada a presente ata que após aprovada foi assinada por todos os presentes.